



Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR Araçatuba”, de responsabilidade do CGR Guataporã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda., realizada no dia 27 de novembro 2012 na cidade de Araçatuba.

Realizou-se, no dia 27 de novembro de 2012, às 17 horas, no Viveri Eventi, Rua Tiradentes, 300, Centro, Araçatuba/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR"**, de responsabilidade do CGR Guataporã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda. (Processo 067/2011). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA **Germano Seara Filho** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Legislativo –, nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Vereadores do Município de Araçatuba Aparecido Saraiva da Rocha - Presidente da Câmara, Edna Flor, Gilberto Mantovani, Rosaldo de Oliveira, Rivaél Benedito de Souza e Beatriz Soares Nogueira –, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Albino Ferragini, Promotor de Justiça de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; Jeferson Miranda, Primeiro Tenente e Comandante da Polícia Ambiental de Araçatuba; e José Benites de Oliveira, Gerente da Agência Ambiental de Araçatuba –, da sociedade civil e das entidades ambientalistas, enfim a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento **"Implantação do Centro de Gerenciamento de Resíduos – CGR"**, de responsabilidade do CGR Guataporã – Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda. (Processo 067/2011). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que dizia respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que opinem, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para sua melhoria. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, pois sua função é somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir àqueles que tenham algo a dizer que possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em sequência, acrescentou, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Declarou que se



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

encontrava presente, nesta audiência, uma representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, a engenheira química Gabriela Nena Ferrarezi, Gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos Industriais e Agroindustriais da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ele, Secretário-Executivo. Passou a palavra a **Gabriela Nena Ferrarezi**, Gerente do Setor de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, que informou representar o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo de licenciamento do empreendimento que era objeto da audiência. Comentou que o mesmo se encontrava em análise e que ela se colocava disponível para oferecer todas as informações que se fizerem necessárias. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa de consultoria responsável pela elaboração dos estudos ambientais. **Alex Schlosser** ofereceu breve histórico da empresa responsável pelo empreendimento – a CGR Guataparã Ltda., que, acrescentou, iniciou suas atividades em 2007 com a implantação de um empreendimento na região de Ribeirão Preto cujo capital é 100% nacional. Teceu considerações também sobre a posterior formação do grupo ESTRE e relacionou as cidades onde essa empresa realizou suas primeiras atividades, que, grosso modo, eram atividades ligadas à disposição de resíduos sólidos. Acrescentou que, a partir da entrada em operação de alguns desses empreendimentos, identificou-se a necessidade de implantar outra unidade, que será proposta ao órgão ambiental, o qual, caso o considere viável e adequada, promoverá seu licenciamento. Explanou a técnica e alguns processos pertinentes ao funcionamento desses empreendimentos de modo a torná-los ambientalmente viáveis, entre outros, drenagem de gases e de líquidos percolados, tratamento do chorume gerado pela decomposição do lixo, triagem e reutilização de resíduos. Ao concluir informou que o Grupo ESTRE, com vistas ao licenciamento desses empreendimentos, resolveu contratar a empresa de engenharia ADISAN, para que elaborasse os estudos ambientais sobre os meios físico, antrópico, biótico e socioeconômico nos quais os empreendimentos promoveriam intervenções. **Alexandre Martinelli**, representante da ADISAN Engenharia Ltda., apresentou o EIA/RIMA com a utilização de recursos eletrônicos como o *data-show* e vários eslaides explicativos. Ressaltou que as ações antrópicas adotadas pelo empreendimento ajudariam a combater àquelas que o próprio empreendimento geraria, tal como se verificou através dos estudos realizados pela equipe técnica multidisciplinar responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Arrematou que, com base nesse levantamento, identificou-se que o empreendimento possui viabilidade ambiental. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Albino Ferragini**, Promotor de Justiça de Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente de Araçatuba, declarou que se sentia desolado com a Administração Municipal por não haver cumprido aquilo com que se comprometera por ocasião da audiência pública realizada em abril de 2009, com relação ao gerenciamento dos resíduos sólidos gerados em Araçatuba. Lembrou que, em conjunto com a Promotoria, a atual Administração assumiu o compromisso de dar cumprimento ao que determina a legislação federal que disciplina o modo como deve ser feito o gerenciamento de resíduos sólidos pelos Municípios. Em outras palavras: que a Administração Municipal se havia comprometido a adequar a realização dessa atividade àquilo que prescreviam as dezenove diretrizes estabelecidas pela legislação federal. Questionou por que não havia sido editada ainda a legislação municipal que orientaria essa atividade – e que o órgão municipal asseverou que entraria em vigor a partir de 2 de agosto de 2012 –, legislação esta que incluía o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Araçatuba, o qual, consequentemente também entraria em vigor na mesma data. Declarou ainda que, em decorrência do não cumprimento desse compromisso – e, portanto, da não implantação desse plano, que considerava excelente –, a Promotoria instaurara procedimento para apurar as condições em que o gerenciamento de resíduos estava sendo realizado e investigar os motivos da não-implantação do plano, ou seja, se tal omissão é fruto ou não da inércia da Administração Municipal tão somente. Declarou ter em mãos uma informação do Gabinete do Secretário de Sustentabilidade do Município, mas que esse documento



não respondia às indagações feitas pelos quatro nobres vereadores municipais, legítimos defensores e detentores do voto popular. Relatou ter entregue, em 2009, à Câmara Municipal um cd contendo toda a legislação federal e com as informações sobre o que é preciso fazer para construir a legislação municipal. Pontuou que será dado total apoio ao projeto que se examina para que ele possa atender às exigências ambientais e de modo a satisfazer a população de Araçatuba, que poderá sentir orgulho de ter algo decente na cidade e afirmar que “tivemos uma Administração que, embora tenha sido omissa, transferiu a sua responsabilidade para uma empresa privada”. Ao concluir, colocou-se à disposição de todos – “como sempre esteve todas as vezes que visitou a cidade de Araçatuba”, e asseverou que nunca descuidou de obrigar a Administração a adotar as medidas legais. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Washington Yassuda**, representante da Cooperativa Agropecuária do Brasil Central, declarou ter-se afirmado que o projeto possuía um potencial altamente poluidor, o que era negativo, mas que, ao mesmo tempo, promoveria impactos positivos. No entanto, observou, a esses impactos positivos fazia algumas objeções, como, por exemplo, no que dizia respeito à alternativa de localização do empreendimento, uma vez que sua escolha não obedeceu aos critérios e normas que devem orientá-la. Asseverou que, apesar desses percalços, essa área não deixava de possuir características compatíveis com o empreendimento, como, por exemplo, sua proximidade das vias de acesso, seu baixo valor monetário e a baixa densidade populacional que possuía. No entanto, observou, parece não se ter levado em conta as recomendações e normas legais que determinam que o empreendimento deve situar-se a uma distância mínima de 200 metros dos corpos d’água superficiais, pois, como se depreende dos estudos, ele se inserirá exatamente no limite entre duas bacias: sua porção leste, na Sub-bacia do Ribeirão Baguaçu, e sua porção oeste, no Ribeirão Córrego Azul. Além disso, acrescentou, os estudos atestam que na área do empreendimento surgem as nascentes formadoras desses dois pequenos córregos. Questiona-se, pois, o potencial de contaminação que passarão a ter tanto o Ribeirão Baguaçu como o Ribeirão Córrego. Outro impacto a ser provocado pelo projeto, comentou, resultará das 1500 toneladas/dia de resíduos que serão transportados pelos 100 ou 150 caminhões que diariamente transitarão nos trechos de asfalto. Questionou como será mitigado esse impacto provocado nas vias de acesso, na área diretamente afetada e em seu entorno, cuja responsabilidade, como prescrevem os estudos, é do empreendedor. Outro questionamento que fazia dizia respeito à desvalorização das propriedades. Ou seja, quem arcará com esse ônus. Ao finalizar, argumentou que, com exceção dos aspectos e condições citados, esperava que o empreendimento trouxesse benefícios para o Município. **Evandro Esbiza**, representante da governança dos distritos industriais de Araçatuba, questionou a CGR acerca das dificuldades existentes para promover-se o adequado tratamento e a adequada destinação dos resíduos industriais gerados na região e acerca também do percentual mínimo para aceitação desses resíduos pela unidade objeto de exame. Passou-se à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. **Leonardo Sartori Silva** formulou questionamentos acerca dos procedimentos que serão adotados para o transporte e a destinação do chorume gerado pelo aterro e também acerca da vida útil da manta de proteção, que, no mínimo, deverá ser vinte anos, uma vez que os resíduos depositados provavelmente durarão séculos. **Amauri Teixeira** demonstrou preocupação semelhante àquela revelada pelo manifestante que o antecedeu ao questionar quais tratamentos seriam dispensados ao chorume e à manutenção das rodovias. Alertou para a inexistência de condições adequadas para o tráfego de veículo nas estradas da Jangada e Jangadinha, e observou que, como não existiam condições para promover a manutenção dessas rodovias, apesar de sua importância, não existiriam também para cuidar daquelas que, do ponto de vista regional, eram menos importantes, embora por elas diariamente viessem a trafegar centenas de caminhões transportando os resíduos. **Tales Gouveia Fagundes** pontuou que o CGR de Araçatuba era, teoricamente, um projeto adequado, mas que, na prática, essa adequação não se verificava, principalmente por se pretender implantá-lo em uma região cultivada por pequenos e médios agricultores, não só da cana, como de outros produtos, como frutos e hortaliças – e, mais ainda, onde



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

existem não só os dois mananciais anteriormente citados, mas, também, outro mais importante, que é o Aquífero Guarani. Propôs-se devesse, por esses motivos, escolher outra alternativa de localização e que tal escolha contasse com a supervisão dos técnicos do Governo. **Arlete Andreoli** declarou representar os moradores da região onde se pretendia implantar o Centro de Gerenciamento de Resíduos de Araçatuba e que estava indignada com tal medida, principalmente por ser a região cultivada predominantemente por pequenos produtores de banana, e não apenas da cana de açúcar, como se alardeava. Pontuou que, em nome desses moradores e da população do Bairro da Prata, reivindicava a tomada de decisão contrária à instalação desse empreendimento na região onde moravam tantas pessoas que sobreviviam do cultivo da terra com o seu trabalho. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes de Conselhos. **Gelsino Augusto da Silva**, representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araçatuba; da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro da Água Limpa; da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro da Prata, da Divisa, da Pratinha e do Bairro Rural da Jacutinga, depois de observar ser muito curto o tempo de cinco minutos concedidos, ofereceu, entre outros, os seguintes esclarecimentos. Ser o território do Município de Araçatuba constituído por 1.004 propriedades rurais, de acordo com levantamento realizado pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; que esse levantamento está contido no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável e deve orientar a gestão municipal de 2010 até 2013; que, entre essas 1.004 propriedades, 885 possuem até 100 hectares; que 88% das propriedades são pequenas e produzem frutas e hortaliças e a maioria, leite; que 70% dos proprietários residem em suas terras; que 100% dessas propriedades localizam-se no entorno do empreendimento em análise; que 95% das bananas nanicas enviadas todos os dias para o mercado de Araçatuba são cultivadas nos Bairros da Prata, Água Limpa e Pratinha; que essa quantidade de banana totaliza, aproximadamente, 12 mil quilos e é destinada às crianças que frequentam as escolas públicas da região. Informou ainda que são produzidos, na região, 25 mil litros de leite/dia, que igualmente são destinados aos laticínios e alimentam as crianças da região e que parte desses produtos é direcionada para outras localidades. Referiu-se à quantidade de milho e soja produzidos também na região e a outros produtos destinados à merenda escolar, como mandioca, abacate, manga, abacaxi, poncan e tangerina. Declarou ter solicitado a um advogado especialista em direito empresarial que fizesse um levantamento dos principais impactos negativos que o empreendimento produzirá na região e informou que tal levantamento faz parte do relatório elaborado pela ADISAN Engenharia de Projetos e que ele identifica vários pontos negativos. Observou que, entre outros pontos negativos, alguns dizem respeito à alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, da qualidade do solo e do ar e dos níveis de ruídos. Outros pontos negativos dizem respeito ao incremento no sistema viário, à proliferação de vetores de doença, à alteração da paisagem e à formação das camadas de resíduos – este último constituindo um dano permanente, irreversível e não mitigável. Lembrou que Araçatuba é atualmente a maior cidade da região, contando com importantes universidades e faculdades, além de sete colégios de referência, o que faz com que todos os dias dezenas, para não dizer centenas, de vans, micro-ônibus e ônibus percorrem as estradas trazendo alunos para estudar em Araçatuba e reconduzindo-os às suas residências. Referiu-se ainda à infraestrutura, dando destaque aos equipamentos da área da saúde. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. **Edna Flor**, Vereadora do Município de Araçatuba, declarou que reiterava o posicionamento da moradora Arlete Andreoli, e que, como ela, sentia indignação pelo fato de ter tomado conhecimento desse empreendimento por acaso e quando seu licenciamento já se havia iniciado e, portanto, concluído o EIA/RIMA e começado sua análise. Ofereceu detalhes sobre a pesquisa que fez para tomar conhecimento de todo o processo, inclusive da aquisição da área onde será implantado o CGR com o assentimento dos órgãos técnicos municipais, que já haviam emitido certidões e diretrizes. Argumentou ter todo esse processo transcorrido em surdina, razão por que não veio à tona sua discordância do Plano Diretor, que identifica a área onde se pretende implantar o empreendimento



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

como zona de produção agrícola sustentável. Acrescentou que, juntamente com três outros vereadores – Arlindo Araújo, Joel de Melo e Tieza – e com o representante do Ministério Público, Doutor Albino Ferragini, procedeu uma efetiva busca de informações junto ao Executivo Municipal, por entender que essa área deve ser preservada como área de produção agrícola sustentável, já que assim o é tal como dispõe o Plano Diretor. De posse desses dados, observou, solicitou-se à CETESB que adiasse a realização dessa audiência pública, se possível, sustentando tal solicitação no fato de não ter sido elaborado ainda o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, embora o prazo para tanto tenha-se extinguido em 2 de agosto último. Reiterou as informações oferecidas pelo representante do Ministério Público no início da audiência. Declarou ainda que considerava estranha a ausência na audiência de representantes dos outros Municípios que encaminharão seus resíduos para o CGR de Araçatuba, se este vier a ser instalado, e que, portanto, sequer uma discussão regional se iniciou. Declarou terem sido encaminhados à Mesa de Trabalhos, de acordo com o regimento interno do CONSEMA, documentos contendo dezoito considerações, muitas das quais já brilhantemente expostas pelas manifestantes que a antecederam. Ofereceu informações ainda sobre os dados contidos em cada um desses documentos – inclusive no EIA/RIMA – e acerca das análises feitas dos procedimentos até então adotados. Passou-se à etapa das réplicas. **Alex Schlosser**, representante do empreendedor, declarou que se passaria, talvez de forma um pouco mais superficial, a comentar as perguntas feitas, e esclareceu que aquelas formuladas por escrito seriam respondidas da mesma forma. Reiterou um dos comentários tecidos, e acrescentou, com muita propriedade, que a empresa estava trazendo um sonho – um sonho que se tornou realidade – e que isso acontecia em virtude da contribuição oferecida pelos consultores, que possuem expertise na área de resíduos sólidos, o que tornou a ADISAN a maior empresa do setor na gestão desses resíduos. Lembrou ser essa expertise que orientou a escolha da localização do empreendimento num local próximo a uma zona agrícola, pois ela deu a cada um dos técnicos a certeza sobre a possibilidade de uma pacífica coexistência entre o empreendimento e a atividade agrícola, que é base de sustentação de toda a sociedade. Sobre a preocupação com as nascentes, observou, garante-se também que elas não desaparecerão e que, portanto, não se extinguirá a água que abastece a agricultura e enseja a continuidade dessa atividade. Informou que uma delas será drenada para se garantir a qualidade e o volume da água, mas lembrava que, atualmente, sua água não é apropriada nem mesmo para o consumo dos animais. Acerca do chorume, acrescentou, propõe-se que ele seja tratado numa estação de efluente externa que se encontra em operação no Município de Jundiaí, pois, embora não seja a mais próxima, é a que possui capacidade para recebê-lo. Acrescentou que, com certeza, com essas informações não esgotou a preocupação com a água nem tampouco elucidou os motivos que efetivamente garantem a coexistência pacífica do empreendimento com a atividade agrícola desenvolvida na região. **Alexandre Martinelli**, representante de ADISAN, lembrou ser o objetivo principal de um Estudo de Impacto Ambiental identificar todo e qualquer possível impacto associado à atividade proposta. Reiterou que se trata de um estudo prévio de impacto e, portanto, do momento em que se identificam os impactos associados à instalação e à operação do empreendimento e em que se propõem medidas para evitá-los ou minimizá-los. Pontuou que a alteração da qualidade dos recursos hídricos é um impacto identificado com o empreendimento em tela e que, para preveni-lo, propõe-se evitar o contato direto do resíduo com o solo ou do resíduo com as águas, porque, asseverou, se não existir tal contato, esse impacto não ocorre. Portanto, acrescentou, aquela série de impactos citados foram, sem dúvida, identificados pelos analistas e consultores, e, para cada um deles, foi elaborada uma análise detalhada que levou à proposição de medidas para evitá-los. Mesmo procedimento, assegurou, foi adotado no tocante à alteração da qualidade do ar. Foi identificada essa alteração, que se associou à decomposição orgânica dos resíduos – que não só causa a produção do chorume como também de gases odoríferos. Com o propósito de se evitar a produção de ambos propôs-se uma série de medidas. Sobre a questão do sistema viário, também se identificou um incremento nesse sistema, e a proposta para minimizá-lo é executar algumas obras de melhoria na



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sinalização e reforçar a prática da patrulha já posta em prática pela empresa quando ocorre a derrubada de lixo na estrada por um veículo a serviço de uma das unidades: essa patrulha passa constantemente pelas vias de acesso onde os caminhões tramitam para que eventuais derramamentos sejam recolhidos. Esclareceu também que o Estudo de Impacto Ambiental é elaborado por uma equipe de profissionais e submetido à análise do órgão ambiental. Informou que o processo de licenciamento do CGR ainda se encontra na fase de análise e que eventuais equívocos de dados serão, com certeza, identificados pelos técnicos da CETESB, que podem vir a solicitar, com o propósito de esclarecê-los, informações adicionais. Esclareceu que a publicidade do processo de licenciamento se dá no cumprimento da própria legislação, ou seja, quando se publicam no “Diário Oficial do Estado”, informações sobre a solicitação e apresentação do EIA/RIMA e a abertura de prazo para solicitação de audiência pública. E, também, quando se publicam os editais de convocação das audiências em jornais locais e da região onde se pretende implantar o empreendimento e quando se divulgam pelas rádios locais esses editais. Reiterou que a empresa, portanto, ao dar cumprimento à legislação, informa a população sobre o processo de licenciamento em curso. Ao finalizar declarou que a equipe técnica da ADISAN continua à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. **Gabriela Nenna Ferraresi**, Gerente do Setor de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, declarou que, nos comentários feitos surgiram três indagações. Uma questionando se o CGR encontra-se apto a receber resíduos industriais – e qual o teor mínimo para aceitação desse resíduo em termos de unidade. Outra perguntando sobre a duração da manta. E a última indagação sobre a estação que efetuará o tratamento do chorume. Explicou, em seguida, que, se essas questões não estiverem adequadamente esclarecidas nos estudos, será feita uma requisição de informações com o propósito de que isso ocorra. Foram entregues durante a audiência os seguintes documentos: a) Of. GV.T.12 – 164/2012, encaminhado pela Vereadora M. Teresa A. Lemos Marques de Oliveira e por ela assinado; b) Correspondência com questionamentos encaminhada pelo Gabinete da Vereadora Teresa A. Lemos Marques de Oliveira e por ela assinada; c) Considerações e pedidos de esclarecimentos encaminhados pelo Gabinete da Vereadora Edna Flor; d) Correspondência com questionamentos encaminhada pelo Senhor Paulo Ribeiro e por ele assinada. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o **Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br, ou através dos Correios ou, ainda, serem protocoladas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, **Paula Frassinete de Queiroz Siqueira**, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.